

**EDITAL Nº 006/2019 FMEBC
FUNDESPORTEBC 2019**

**ANEXO V - OSC
DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE**

Declaro para os devidos fins, que a Organização da Sociedade Civil - OSC

não integra em seu quadro de dirigentes, servidores públicos do Município de Balneário Camboriú, inclusive familiares como cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que por própria natureza seja constituída pela referidas autoridades. Art. 39 § 5º, da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DO CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE				
1	1 – Nome:		2 – Cargo que ocupa na OSC:	
	3 – RG:	4 – CPF:	5 – Endereço e Telefone:	
2	1 – Nome:		2 – Cargo que ocupa na OSC:	
	3 – RG:	4 – CPF:	5 – Endereço e Telefone:	
3	1 – Nome:		2 – Cargo que ocupa na OSC:	
	3 – RG:	4 – CPF:	5 – Endereço e Telefone:	
4	1 – Nome:		2 – Cargo que ocupa na OSC:	
	3 – RG:	4 – CPF:	5 – Endereço e Telefone:	
5	1 – Nome:		2 – Cargo que ocupa na OSC:	
	3 – RG:	4 – CPF:	5 – Endereço e Telefone:	
6	1 – Nome:		2 – Cargo que ocupa na OSC:	
	3 – RG:	4 – CPF:	5 – Endereço e Telefone:	

Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro do Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou em função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro (a) ou parente na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Balneário Camboriú, _____ de _____ de 2019.

Nome e assinatura do representante legal da entidade proponente